PRÁTICAS INSTITUCIONALIZADAS DO CONSELHO TUTELAR NA INTERFACE COM OS ENCAMINHAMENTOS DA ESCOLA: AS CRIANÇAS NEGRAS ATENDIDAS

Marluce Leila Simões Lopes

marluceleila@msn.com

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES - Brasil

RESUMO

Este trabalho de pesquisa objetiva compreender as práticas do Conselho Tutelar para com crianças negras encaminhadas pela escola e os discursos institucionais sobre tais sujeitos. A pesquisa qualitativa consta de observação participante, entrevistas e análise documental como “lentes” que possibilitem conhecer as intenções educativas dos movimentos dos diferentes profissionais da escola e Conselho Tutelar, implicados por universalismos, preconceitos e discriminações. Parte-se do princípio de que os atributos raciais podem influenciar as práticas indicativas das crianças encaminhadas ao atendimento do Conselho Tutelar. Dentre as referências utilizadas estão: FALEIROS (2011); DEL PRIORE (1995); SARMENTO (2005); HASENBALG (1979).

Palavras-chave: Infância; Relações raciais; Conselho Tutelar.

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representou um importante avanço na construção de uma democratização do país, assim como, legitimou a educação como um direito de todos, assegurando à criança o direito à educação.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, Art. 227)

No sentido de legitimar as garantias dos direitos das crianças o Estado brasileiro modifica as normativas, antes referendadas no Estatuto do Menor de 1979¹, e assim, cria o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, que representou um marco nas políticas para a infância e adolescência.

Diferente da perspectiva especificamente judicialista do estatuto anterior, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,1989), objetiva garantir à criança e ao adolescente, amplos direitos. Neste prisma, o direito à igualdade de condições de acesso e permanência na escola significa agora, o reconhecimento das crianças, como sujeitos de direitos. Assim, a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1989), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, constituem um sistema de garantias de direitos, o direito de todas as crianças à educação.

Neste contexto, cria-se o Conselho Tutelar – CONANDA², um órgão resolutivo com a função de desjudicializar e atender os casos de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes e aplicar medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, Art. 136). Além de atuar na proteção dos direitos da criança e adolescente em todos os aspectos dentro das atribuições inerentes à função de conselheiro, este, pode estar presente também na instituição escolar, no uso da prerrogativa de garantia do direito a educação.

O direito de todas as crianças e adolescentes à educação pressupõe o acesso e permanência, obviamente, sem nenhuma forma de discriminação, o que significa reconhecer o processo de escolarização como um direito social. Essa premissa da igualdade na educação atrelada ao direito de não ser discriminada em face ao direito de todos à educação pode efetivar a proteção legal impressa nas legislações. Deste modo, a

¹ Código de menores (Lei nº 6697/79) trata da revisão do Código de Menores de 1927, ambos, de natureza judicial, punitiva e assistencialista no atendimento da criança e adolescente empobrecido.

² “A CF de 1988 e a promulgação do ECA traz um novo olhar sobre a infância e a adolescência e na Lei Federal no 8.069, de 13 de julho de 1990, o ECA, que incorpora também diretrizes da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada por unanimidade na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, e assinada pelo Brasil em 26 de janeiro de 1990. [...] “O Brasil é um dos poucos países que prevê, em marco legal específico, a constituição de conselhos paritários e deliberativos na área das políticas para crianças e adolescentes, assim como a estruturação de conselhos tutelares eleitos pelas próprias comunidades” (BRASIL, 2013).

garantia do direito à educação está na pauta do trabalho do Conselho Tutelar. No entendimento da importância deste órgão na efetivação das políticas educacionais, problematiza-se esta função, com suas atribuições junto à instituição escolar.

Neste trabalho, a análise tem como foco a criança encaminhada pela escola ao Conselho Tutelar e os desdobramentos processuais deste atendimento. Interessa-nos o recorte racial como desdobramento investigativo de apreensão do perfil das crianças “selecionadas”. Esta escolha busca descortinar a condição de criança negra na política de atenção e proteção à infância nas práticas multifacetadas da relação escola e Conselho Tutelar.

CRIANÇAS NEGRAS, ESCOLA E O CONSELHO TUTELAR

Parece-nos evidente que querer conhecer mais sobre a trajetória histórica dos comportamentos, das formas de ser e de pensar em relação às nossas crianças negras, é também uma forma de amá-las, todas e indistintamente, melhor.

Mary Del Priore

É sabido que, nem sempre o direito legalmente constituído é efetivamente garantido. É o que mostram os dados sobre a escolarização das crianças no Brasil (IPEA, 2011). Estes índices apontam a existência de desigualdade na educação sob a perspectiva social, mas também racial. Corroboram com os dados oficiais, as diversas pesquisas realizadas no Brasil. Tais análises alertam a sociedade brasileira e em especial, à educação, sobre o racismo presente nas experiências estudantis, despotencializador de uma convivência digna no espaço escolar. Tratadas com discriminação por suas características fenotípicas, muitas crianças negras são excluídas da perspectiva da igualdade e do direito a educação. Pesquisas sobre relações raciais e educação realizadas por todo o país evidenciam o quanto a discriminação racial interfere significativamente nas condições de vida e na escolarização da população negra.

Dados disponíveis no IPEA e IBGE de 2010 identificam diferenças relacionadas à inserção das crianças negras à escolarização, como o acesso ao Ensino Fundamental de

nove anos. Sobre essas desigualdades raciais, no que se refere a entrada das crianças no 1º ano, afirma que: crianças pretas e pardas de 6 anos apresentavam uma incorporação mais lenta ao novo sistema de ensino fundamental de nove anos comparativamente às crianças brancas. (PAIXÃO; ROSSETO; MANTOVANELE; CARAVANO, 2010, p.215).

O conjunto de dados disponíveis nos sites oficiais confirmam a exclusão de crianças negras já no início da escolarização. Realidade esta, que se estende pelo Ensino Fundamental até as séries finais: “No Brasil, apenas 1,77% das crianças brancas de 7 a 14 anos estão fora da escola, ante 3,28% de negros e 9,84% de indígenas” (UNICEF, 2012, p. 67). Ao observar estes índices verificamos um afunilamento em relação ao acesso e permanência das crianças se tomarmos como base, o critério racial. Quanto aos índices de alfabetização, é possível evidenciar também, a desigualdade em relação à leitura e a escrita.

Assim, em 2008, o percentual de crianças pretas e pardas de 10 e 11 anos que não sabiam ler ou escrever foi de, respectivamente, 6,4% e 4,1%. Já entre as crianças brancas do mesmo intervalo de idade, as taxas de analfabetismo foram de, respectivamente, 2,4% e 1,6%. Na verdade, ao longo de quase todas as idades da população em idade escolar, a taxa de analfabetismo da população preta e parda era mais do que o dobro daquela apresentada pelos brancos (PAIXÃO; ROSSETO; MANTOVANELE; CARAVANO, 2010, p.208).

É possível evidenciar que dados como estes são produzidos nas próprias escolas por meio do Censo Escolar, porém, na maioria dos casos, o aspecto racial é invisibilizado. Há que se reconhecer uma grande influência universalista nas escolas brasileiras que insistentemente discursam contrárias ao racismo institucionalizado. Desconsideram que problemáticas educacionais como evasão, reprovação, aproveitamento escolar, podem ser consequências do racismo. No entanto estas situações quase sempre são analisadas no bojo das desigualdades sociais e assim, a problematização dos índices elencados acaba por neutralizar e/ou banalizar a interferência do racismo na história dos sujeitos, assim como nas práticas da instituição escolar. Isso significa que as justificativas para a desigualdade na escolarização podem estar relacionadas a diversos fatores de ordem social, cultural, estrutural, distante da análise de uma possível problemática racial.

Certamente, a discussão sobre a desigualdade na escolarização das crianças brasileiras não está isenta de duras críticas ao processo histórico nos diferentes contextos econômicos e políticos brasileiros. A partir do século XX, o sistema capitalista no Brasil não só manteve a exclusão de grande parcela da população como produziu sob pretextos perversos e intensos processos de exclusão da maioria pobre, mas também impulsionou de forma violenta, a marginalização da população negra. No decorrer do século XX e XXI, a precariedade de vida de muitas crianças brasileiras, somada às dificuldades na gestão política da educação pública, avolumaram problemas no processo de escolarização de grande parte da população brasileira.

Notadamente, os contornos da política de intensificação do capitalismo no Brasil, produziram exclusões e agravados problemas sociais. Somado a isso, a incapacidade dos governos republicanos no sentido da promoção de uma política que universalizasse direitos, a situação das crianças brasileiras empobrecidas se mantém ao longo das primeiras décadas do século XX. Neste sentido, as desigualdades sociais e a lentidão e precarização do direito a educação no Brasil, impulsionaram um olhar assistencialista às políticas educacionais destinadas às crianças. Atualmente, os índices de acesso e permanência na educação pública, indicam extremas desigualdades educacionais, principalmente, nas camadas mais empobrecidas da população.

Por outro lado, o tratamento recebido por crianças negras em escolas por todo o Brasil revelam situações ainda desconhecidas ou desconsideradas por muitos profissionais. São casos de racismo recorrentes no cotidiano da escola que interfere na qualidade da educação oferecida a estudantes negros, sob o ponto de vista do acesso e permanência na escola. (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006). Enfim, fala-se muito nas desigualdades em relação às condições sociais, todavia, a dimensão racial, é critério relevante no processo de discussão sobre o direito à educação das crianças.

A partir da Constituição de 1988 o direito a educação passa a ser legitimado e na sequência, cria-se o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, e assim, as escolas agora contam com a parceria do Conselho Tutelar no atendimento aos casos de negligência aos direitos das crianças, como uma de suas funções. “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar

pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.”
(BRASIL, 2010, Art. 131)

Sobre a atuação do Conselho Tutelar junto às escolas, a consulta a bancos de dissertações e teses apresenta uma diversidade de pesquisas realizadas sobre a relação da escola e Conselho Tutelar na proteção aos direitos das crianças, principalmente relacionadas aos problemas sociais. Porém, não foi encontrada nenhuma pesquisa que desse visibilidade às questões raciais inerentes aos encaminhamentos e atendimentos de destas instituições. Fato este que justifica a escolha deste tema de pesquisa de doutorado, na expectativa de compreender como ocorre o atendimento à criança negra no conjunto de atendimentos às diferentes crianças e infâncias encaminhadas pela escola ao Conselho Tutelar.

Como referencial teórico, considera-se importante os estudos sobre a criança na perspectiva da Sociologia da Infância, por contribuírem no sentido de reconhecer os atravessamentos de ordem: histórica, social, de gênero, cultural e racial, nos estudos sobre a criança e a infância.

Não obstante, importa sublinhar que as medidas de proteção não apenas não foram capazes de se declararem perfeitas, universais e competentes na efectiva salvaguarda dos direitos das crianças como a relação de dependência tem gerado situações abusivas que reforçam a vulnerabilidade estrutural das crianças, nomeadamente em cenários de guerra, em face de calamidades como a fome ou a doença, ou ainda nas formas trágicas de exploração sexual, da escravatura [...] (SARMENTO, 2005, p. 369)

A intenção desta investigação é se contrapor a concepção universalista de criança e infância na medida em que as subjetividades destes sujeitos sejam consideradas. A aposta na desnaturalização do conceito de criança está ancorada nos campos da sociologia da infância, história e na antropologia, haja vista, o processo histórico, social e cultural que constituem as diferentes crianças e infâncias. Neste sentido, considera-se a importante proposição de Sarmento:

Mas as crianças são também seres sociais e, como tais, distribuem-se pelos diversos modos de estratificação social: a classe social, a etnia a que pertencem, a raça, o gênero, a região do globo onde vivem. Os diferentes espaços estruturais diferenciam profundamente as crianças (SARMENTO, 2005, p. 370).

Neste sentido, há que se ressaltar, os processos de subjetivação construídos nos enunciados constitutivos de diferentes contextos, assim como nas marcas das características físicas diferenciadas, no entanto, concebidas de forma hierarquizadas, usadas como critérios de exclusão, até mesmo, na instituição escolar.

Essa maneira particular de lidar com o corpo, com a subjetividade e a cultura dá-se em um determinado contexto social, histórico e político. E é nesse contexto, juntamente com a experiência individual, que vai compor o complexo terreno da identidade negra. (GOMES, 2002, p. 49).

Neste contexto de busca por compreender os movimentos de diversas ordens despotencializadoras de uma educação de qualidade para todos, estratégias de atendimento são pensadas com o objetivo de melhorar a educação quanto ao aspecto disciplinar, do aproveitamento escolar, da evasão e repetência. Assim, são instituídos critérios de classificação das crianças consideradas “problemas”, às quais são direcionadas ao Conselho Tutelar.

Problemáticas raciais podem provocar sofrimento e reações, muitas vezes, incompreendidas, sob o ponto de vista das desigualdades históricas em que foram produzidas. Assim, experiências em contextos de violência racial podem limitar as expectativas das crianças atingidas, que podem resistir de diferentes formas – desinteresse pela escola, baixa frequência, evasão, indisciplina, violência na escola.

É sabido que as escolas são orientadas por conselheiros, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, a comunicar qualquer situação que interfira no processo de escolarização, como segue:

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência (ECRIAD, BRASIL, 2010, p. 47).

Nesse sentido, a referência disparadora da observação investigativa parte da relação da escola com o atendimento judicial à criança negra. Tal perspectiva é uma tentativa de capturar os fazeres e dizeres que emergem desses processos e das interações entre os

profissionais das instituições pesquisadas e as crianças atendidas, com o objetivo de analisar as relações raciais implicadas nos processos discursivos e nas ações praticadas.

Para tanto, pretende-se investigar a existência ou não de racismo institucional³, como hipótese de reafirmação de uma concepção de criança universalista, como critério de atenção às crianças negras. A pesquisa qualitativa realizada por meio de entrevistas, observações, conversas e análise documental permitirá identificar os encaminhamentos do Conselho Tutelar à Vara da Infância na tentativa de elencar indicativos de uma suposta **judicialização ou criminalização** de crianças negras, sob o ponto de vista das problemáticas apresentadas no processo de escolarização destes sujeitos. No que se refere às crianças pesquisadas, a intenção é identificar a existência de racismos ou possíveis formas de resistências destas crianças frente às discriminações vivenciadas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Alguns dados desta pesquisa em andamento, já indicam pistas sobre a concepção de criança sob o ponto de vista dos conselheiros tutelares. A frase comumente repetida sobre as características das crianças atendidas reproduz a visão universalista de criança e infância: “Todas as crianças são iguais”.

A distinção reconhecida durante as entrevistas versam sobre a desigualdade social, ou seja, há uma forte tendência em identificar uma parcela dos casos atendidos sob o ponto de vista do empobrecimento das crianças. Porém, no que se refere às distinções culturais e raciais, o discurso é da igualdade.

³ Compreende-se por racismo institucional a ação contra populações em situação de desigualdade [...] praticada pelo Estado ao atuar de forma diferenciada em relação a esses segmentos populacionais, introduzindo em nossas cidades e em nossa sociedade, pela via das políticas públicas, “um corte entre o que deve viver e o que deve morrer”, a Faxina Étnica. [...] O Estado oferece a estas populações uma ilusão de integração através de políticas públicas que há muito abandonaram os princípios da universalidade e da justiça (são de má qualidade, pontuais, descontinuadas) ou patrocinando projetos sociais realizados por organizações não-governamentais que seguem a mesma lógica, além de criminalizar sua clientela, entendida como “população vulnerável ao crime”. Em ambos os casos, o racismo institucional soma-se (às) e aprofunda as desigualdades sociais, raciais e urbanas que historicamente estruturaram nosso país, revelando que estamos muito longe da “diluição” dessas desigualdades e da possibilidade de integração social e urbana dos negros e negras pobres na sociedade brasileira [...] (LEITE, 2012, p. 1).

No entanto, uma conversa mais longa permite compreender, nas sutilezas dos gestos, silêncios e silenciamentos, uma suposta crença na naturalização dos comportamentos agressivos, quando alguns conselheiros relacionam as ações praticadas por crianças atendidas pelo Conselho Tutelar como “típicas” da condição de criança negra.

As análises são iniciais, considerando que a coleta de dados ainda tem sido realizada no campo de pesquisa, porém, observa-se que a própria invisibilidade e silêncios diante da presença marcadamente fragilizada socialmente e composta na maioria de crianças negras se confunde com a concepção universalista de criança e infância.

Enfim, esse início de análise de dados já representa um alerta sobre a complexidade de pesquisar crianças em suas diferenciações, a partir dos discursos de quem não as vê como sujeitos singulares.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary G. (Coords.). **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade**. Brasília: UNESCO, 2006.

ABREU, M. " Crianças negras" e " crianças problemas" no pensamento de Nina Rodrigues e Arthur Ramos. Em I. Rizzini (Org.), **Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil** (pp. 119-141). Rio de Janeiro: Santa Úrsula: 2000.

ALVAREZ, Johnny e PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Editora Sulina, Rio de Janeiro, 2010.

BASÍLIO P. SIQUEIRA, R. **Reconciliando a cidade do Rio de Janeiro com a infância**. Congresso Iberoamericano de Educação. Argentina, 2010.

BERTULIO, Dora L. **Racismo, violência e direitos humanos: Considerações sobre a Discriminação de Raça e Gênero na sociedade Brasileira**, 2001.

BRASIL. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Câmara dos Deputados. 34ª Edição, Brasília, 2011.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei Federal Nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Ministério Público Estadual. 10ª edição, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação (MEC). Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acessado em 07/10/2012.

BRASIL. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente** (CONANDA). SDHPR. Presidência da República. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/sobre-a-secretaria/convenios/pdfs-dos-editais/anexo-a-orientacoes-gerais-e-curriculares-para-a-escola-de-conselhos>. Acessado em: 14/12/2013.

BUJES, Maria I. E. **Infância e maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CARNEIRO, S. **Racismo no restaurante Nono Paollo abre feridas e deixa profundas lições**. Jornal Pragmatismo Político. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/01/garoto-negro-e-expulso-de-restaurante.html>. Acessado em: 02/12/2012.

CHAMBOULEYRON, R. **Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista**. In: DEL PRIORE M. História das crianças no Brasil. Editora Contexto, São Paulo, 2007.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Brasil, **Mito fundador e sociedade autoritária**. 4. ed. São Paulo: Fund.Perseu Abramo, 2007.

CHAUÍ, Marilena. Ética, política e violência. In: CAMACHO, Thimoteo. **Ensaio sobre a violência**. Vitória: Edufes, 2003.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. Ed. Saraiva, São Paulo, 2010.

CONSELHO TUTELAR. Disponível em: <http://www.conselhotutelar.com.br/conselho-tutelar.html>. Acessada em: 22/01/2013.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10127.htm, Acessado em: 20/01/2013.

CURY, C. R. J.; FERREIRA, L. A. M. **A judicialização da educação**. Revista CEJ, ano XIII, n 45, p.32-45, abril/jun. 2009.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm. Acessado em 21/01/2013.

DEL PRIORE M. (Org). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1995.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. Trad. Lourenço Filho, Edições Melhoramentos, São Paulo, 4ª ed., 1955, pp. 25.56. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/tramse/pead/textos/durkheim.pdf>. Acesso em: 18/01/2013.

ESTEVÃO, C. V. **Educação, justiça e democracia**: um estudo sobre as geografias da justiça em educação. Cortez, São Paulo, 2004.

FALEIROS, V. P. **Infância e processo político no Brasil**. In: RIZZINI I; PILOTTI, F. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Cortez, São Paulo, 2011.

FERNANDES, P. V. ARAGÃO, E. M. A. **Peculiaridades entre Conselho Tutelar e crianças encaminhadas pela escola**. Revista de Psicologia, v. 23 – n. 1, p. 219-232, Jan./Abr. 2011.

GOMES, N. L. **Trajatórias escolares, corpo negro e cabelo crespo**: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? Revista Brasileira de Educação, 2002. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/275/27502104.pdf>. Acessado em: 15/12/2013.

GREIVE, C. **Escola pública para os negros e os pobres no Brasil**: uma invenção imperial. Anped, RJ, 2007.

_____ **As crianças na história da educação**. In: SOUZA, G. Educar na infância: perspectivas histórico-sociais. Editora Contexto. São Paulo, 2010.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Humanitas, Editora UFMG, 1ª edição, Belo Horizonte, 2009.

HASENBALG, A. A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1979.

HÉDIO SILVA. **Discriminação racial nas escolas**: entre as leis e as práticas sociais. UNESCO, Brasília, 2002.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero no sistema de ensino**: os limites das políticas universalistas na educação. Brasília: UNESCO, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores Sociais Municipais**: Uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Diretoria de Estudos Sociais. Projeto BRA/01/013 – PNUD. **Instrumentos Normativos Federais Relacionados ao Preconceito e às Desigualdades Raciais 1950 a 2003**.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Editora Sulina, Rio de Janeiro, 2010.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**. 7 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

LEITE, M. P. Preconceito racial e racismo institucional no Brasil: algumas reflexões. Disponível em: <http://www.circulopalmarino.org.br/2012/05/preconceito-racial-e-racismo-institucional-no-brasil-algumas-reflexoes/>. Acessado em: 27/11/2012.

LIMA, F. S.; VERONESE, J. R. P. **Direito da criança e do adolescente: a necessária efetivação dos direitos fundamentais**. FUNJAB, UFSC, CAPES. Florianópolis, SC, 2012.

_____. **Mamãe África, cheguei ao Brasil: os direitos da criança e do adolescente sob a perspectiva da igualdade racial**. Editora UFSC, FUNJAB, Florianópolis, SC, 2011.

LOPES, M. L. S. **O que as crianças falam e quando elas se calam: o preconceito e a discriminação racial no espaço escolar**. UFES, 2008. Dissertação de mestrado.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1993.

MACIEL, K. **Negros no Espírito Santo**. Tempo Memória. UFES, 1994.

MARTINS, José de S. **A infância breve na sociedade da indiferença**. Jornal O Estado de São Paulo, 3 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.estado.com.br/suplementos/ali/2006/12/03/ali1.93.19.20061203.8.1.xml> Acessado em: 05 de maio de 2012.

BITTAR, M; FERREIRA JR. A. **Educação Jesuítica e crianças negras no Brasil colonial**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 2002.

MOTA, A. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. DP&A, 2003.

MULLER, M. L. R. **Relações raciais nas escolas de Mato Grosso**. In: MULLER, M. L. R.; PAIXÃO, L. P. (orgs). Educação, diferenças e desigualdades. Ed UFMT, 2006.

NETO, J. C. S. **A trajetória do menor a cidadão: filantropia, Municipalização, Políticas Sociais**. Editora Expressão e Arte, 2011.

PAIXÃO, M; ROSSETO, I; MANTOVANELE, F; CARAVANO, L. M. (orgs.). FUNDAÇÃO FORD. UNIFEM. UFRJ. **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2009-2010: Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça**. 2010.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas pública. In: PRIORE, Mary Del. **A história das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

PRADO, C. Jr. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Brasiliense. São Paulo, 2008.

PRIORE, M. D. **A criança negra no Brasil**. In Jacó VILELA, AM., SATO, L., orgs. Diálogos em psicologia social. Rio de Janeiro; Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. Scielo Books (on line).

QUINTEIRO, Jurema. Infância e educação na sociologia: questões emergentes. In: TURA, Maria de L. R.; MAFRA, Leila de A. **Sociologia para educadores 2: o debate sociológico da educação no século XX e as perspectivas atuais**. Rio de Janeiro: QUARTET, 2005.

RODRIGUES, N. **Os africanos no Brasil**. Brasiliense, São Paulo, 1977.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Anais, 2011.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del. **A história das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

SCARANO, J. Criança esquecida das Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del. **A história das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. Companhia das Letras, São Paulo, 2001.

SALES J. R. L. **Democracia racial: o não-dito racista**. Revista Tempo Social, revista de sociologia da USP. V.18, n 02. 2006.

SANTANA E. M.; PAZ, J. M. BARBOSA, U. C; FREITAS, A. S. **Escola e Conselho Tutelar: os embates de uma relação**. Disponível em: http://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2008. Acessado em: 02/12/2012.

SANTOS, A. M. **Vozes e silêncios no cotidiano escolar: as relações raciais entre alunos negros e não-negros**. Ed. UFMT. Cuiabá, Mato Grosso, 2007.

SAPEDE, T. C. **Racismo e dominação psíquica em Frantz Fanon**. In: Dossiê II Seminário Sankofa. Geledes Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <http://www.geledes.org.br>. 2011.

SARMENTO, Manuel J. Crianças: educação, culturas e cidadania ativa .Refletindo em torno de uma proposta de trabalho. In: **Perspectiva**, Florianópolis, v.23, n.01, p.65-67, jan/jul.2005.

_____. **Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância**. Rev. Educação e Sociedade, Campinas, vol.26, n.91, p.361-78, maio/ago, 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora. 23ª edição. São Paulo: 2007.

SHEINVAR, S. **O feitiço da política pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente**. FAPERJ, Rio de Janeiro, 2009.

SODRÉ, M. **O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia**. Cortez editora, São Paulo, 1992.

SOUZA, M. P. R. TEIXEIRA, D. C. S. SILVA, M. C. Y. G. S. **Conselho Tutelar: um novo instrumento social contra o fracasso escolar?** Revista Psicologia em Estudo. Maringá, v.8, nº 2, p. 71-82, 2003.

TELLES, Vera da S. Direitos Sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed UFMG, 2006.

UNICEF: Situação mundial da infância 2006: **Excluídos e invisíveis**. Disponível em <http://www.unicef.org/brazil/sowc06/index.htm>

UNICEF: Brasil: **Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa** – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes. Brasília, 2012.

UNICEF: **Situação da infância e da adolescência brasileira 2009**. O Direito de Aprender: Potencializar Avanços e Reduzir Desigualdades. 2011. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil>. Acessado em: 07/05/2012.

VENTURINI, G. BOKANI, V. **sociedade: discriminação racial e preconceito de cor no Brasil**. Revista Teoria e Debate. Fundação Perseu Abramo, 2004.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012**: crianças e adolescentes no Brasil. CEBELA, Rio de Janeiro, 2012.

_____ **Mapa da violência 2012**: A cor dos homicídios no Brasil. CEBELA, Rio de Janeiro, 2012.